

CANTIL

Venda Proibida
Exemplar de Assinante

Diretor - Responsável: Luiz Fernando Ferreira Levy

Impresso em Brasília - R\$ 2,00

Economia - Brasil

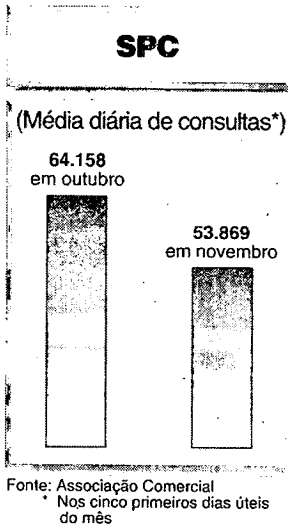
Renda menor faz o papel da desvalorização

Ajuste fiscal aumenta fatia do governo no PIB

Mário de Almeida
de São Paulo

Com o ajuste que o governo federal divulga hoje pela manhã, o mercado brasileiro ingressa numa trajetória parecida com a retração substancial que o governo da Argentina aplicou na sua economia depois da crise cambial de 1995. O presidente Fernando Henrique Cardoso defende o câmbio em primeiro lugar, como aliás sempre afirmara, eliminando a possibilidade de um ajuste espontâneo e caótico nos preços relativos, a exemplo do que ocorreu no México naquela mesma época.

Desta vez, aqui no Brasil, a renda disponível para consumo diminuirá, tanto pelo aumento na carga tributária real como pela rotação mais



intensa no mercado de trabalho. As importações também cairão e a economia funcionará, para efeitos práticos,

como se tivesse recebido uma desvalorização do real: os preços internos ficarão paulatinamente menores em relação ao dólar, sancionando uma queda na riqueza.

Haverá pouco tempo no cotidiano para discussões sobre responsabilidades ou ainda sobre a profundidade do ajuste. Empresas e cidadãos perderão dinheiro para o governo e reagirão mal a esse confisco indireto. Mas vale observar, com os dados hoje disponíveis, que os argentinos sofreram menos do que os mexicanos durante o biênio 1995-96. Em particular, estes tiveram de suportar a desvalorização do peso, o desemprego, juros mais altos e também uma erupção inflacionária — tudo ao mesmo tempo.

NACIONAL

Economia - Brasil

Renda menor faz o papel da desvalorização...

Mário de Almeida
de São Paulo
(Continuação da página A-1)

em despesas com lazer e outros ingredientes que afetam diretamente a balança externa de serviços, como viagens e consumo de bens importados. Maiores dispensas abrirão vagas para contratações com salários menores, assim como, num segundo momento, os prestadores de serviço isentos de competição externa terão de aplicar descontos nas tabelas para manter a clientela. Esse é o princípio da desvalorização indireta, que por sinal funcionou com bastante eficiência na Argentina.

Por sua vez, o governo tomará recursos dos indivíduos e das empresas para compensar a diminuição na receita com impostos, subproduto inerente à menor atividade. Garante assim uma contribuição para melhorar a imagem da moeda nacional — sua prioridade —, sem ter de cumprir os compromissos de atacar imediatamente as causas do déficit público.

A profundidade da retração dependerá do tempo necessário ao ajuste das contas externas. É provável que o Brasil não tenha de sofrer os mesmos dois longos anos de contração vividos na Argentina, uma vez que há flexibilidade para correções no valor

do real. Com inflação muito próxima de zero em 1998, uma desvalorização na faixa dos 7% servirá para compensar parte do sentimento generalizado de que há sobrevalorização do real.

O governo mostra-se seguro de que ponderou seu risco político e achou-o reduzido. É improvável que um programa oposicionista construído em torno de uma desvalorização cambial acentuada pudesse sensibilizar os eleitores. Uma sociedade desacomodada por décadas seguidas de fraquezas confundiria uma queda no valor da moeda com nova fase de debilidade e, certo ou errado, tende a apoiar um programa de afirmação da imagem nacional.

Se a queda na demanda interna e a diminuição dos preços relativos produzirem a correspondente onda de exportações, haverá também melhoria nas contas externas. Em compensação, parece cada vez mais claro que o limite superior para o crescimento econômico sustentado no Brasil sem reformas do sistema previdenciário e dos impostos está na faixa dos 3% ao ano. Todas as vezes que a curva de produção passou dos 4% ao ano depois de 1993 registrou-se uma erupção nas importações, impondo ajustes desmesurados nas taxas de juros.

Compensando a contração no mercado, os brasileiros provavelmente estarão livres do recrudescimento inflacionário. Em troca, doarão uma fatia próxima a 2% do PIB para encurtar o déficit fiscal. Isso significa que o estímulos já esboçado vai se aprofundar no primeiro semestre de 1998. A queda mostrará ritmo bastante desigualmente por setor de atividade. Por enquanto, a retração de 16% nos indicadores do comércio (ver o gráfico), verificada na semana passada, ainda não representa avaliação definitiva sobre as intenções de compra — é apenas uma suspensão natural das decisões por indivíduos que aguardam regras para só então agir seguindo as novas expectativas.

Os extratos de menor renda devem manter seu padrão de consumo corrente, pois não têm receita financeira nem ficarão acudados por movimentos inflacionários. Devem, contudo, reduzir seus compromissos no crédito, por receio de perda do emprego. Mais para o alto da pirâmide de renda haverá cortes pronunciados

(Continua na pág. A-5)